

BALANÇO				
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab				
CNPJ no 26.461.699/0001-80				
BALANÇO PATRIMONIAL				
1º Trimestre de 2023				
ATIVO		NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
			31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			1.131.667	1.062.042
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.1		372.685	328.533
Aplicações Financeiras			1.172	1.135
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento			335.869	282.178
Lim. de Saque c/Vinc. Pagto. Ordem Pagto - OFSS			34.087	45.219
Lim. de Saque c/Vinc. Pagto. Ordem Pagto - OFSS			1.557	1
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5		4.739	2.863
Clientes	5.1		4.739	2.863
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços			4.739	2.863
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços			5.051	3.175
(-)Ajuste Perdas Demais Créditos e Valores			(312)	(312)
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6		533.669	527.747
Adiantamentos Concedidos	6.1		11.903	5.354
Adiantamentos a Pessoal			11.903	5.354
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2		172.103	176.838
Créditos Tributários			172.103	176.838
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3		349.663	345.555
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo			160	160
Créditos a Rec. Decor.de Infrações Leg. e Contratuais			655	32
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal			141	227
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv/Imóveis			2.262	4.997
Créditos a Rec. de Ac. Financ. c/Serv. e Ex-Servidores			60.554	55.650
Recursos da União			88.090	97.599
Créditos Parcelados			3.955	5.082
Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União			193.846	181.808
ESTOQUES	7		217.818	202.898
Mercadorias para Revenda			118.173	119.047
Materiais em Trânsito			2.797	0
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros			1.575	1.740
Estoques para Doação e/ou Permuta			1	1
Compra Antecipada - Entrega Futura			95.272	82.110
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE	8		2.756	1
Despesas Antecipadas			2.756	1
NÃO CIRCULANTE			1.507.301	1.480.867
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			1.383.291	1.356.604
Créditos a Longo Prazo			25	29
Clientes	5.2		25	29
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços			25	29
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços			25	29
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	6.4		1.383.266	1.356.575
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			47.877	48.214
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo			1.335.389	1.308.361
Créditos a Receber por Cessão de Créditos p/União			1.300.143	1.273.277
Créditos a Receber por Alienação de Bens Móv./Imóveis			17.298	17.298
Créd. a Rec. p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores			2.778	2.749
Créditos Parcelados			15.170	15.103
Títulos a Receber			3	3
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores			(3)	(69)
Continua				
ATIVO		NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
			31/03/2023	31/12/2022
INVESTIMENTOS	4.5		6.289	6.289
Participações Permanentes			4.292	4.292
Participações Avaliadas pelo Método de Custo			14.763	14.763
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos			(10.471)	(10.471)
Propriedades para Investimento			1.995	1.995
Bens Imóveis não Destinados a Uso			2.850	2.850
(-)Depreciação Acumul. Invest. – Cons. Propriedades			(855)	(855)
Demais Investimentos Permanentes			2	2
Demais Investimentos Permanentes			2	2
IMOBILIZADO	4.7		117.676	117.915
Bens Móveis			8.315	7.549
Bens Móveis			112.170	111.015
(-)Depreciações			(103.699)	(103.310)
(-)Redução ao Vr. Rec. de Imobilizado - Móveis	4.8		(156)	(156)
Bens Imóveis			109.361	110.366
Bens Imóveis			333.602	333.486
(-)Depreciações			(223.178)	(222.155)
(-)Amortizações			(1.063)	(965)
INTANGÍVEL	4.7.1		45	59
TOTAL			2.638.968	2.542.909
PASSIVO		NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
			31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE	9		963.583	915.980
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR	9.1		110.480	103.833
Pessoal a Pagar			78.614	73.978
Benefícios Assistenciais			466	412
Encargos Sociais a Pagar			31.400	29.443
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO			853.103	812.147
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.2		32.651	37.006
Fornecedores Nacionais			9.490	6.530
Contas a Pagar Credores Nacionais			23.161	30.476
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.3		10.202	21.713
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios			3.586	1.582
IRPJ e CSLL a Recolher			6.616	20.131
Demais Obrigações a Curto Prazo			810.250	753.428
Adiantamentos de Clientes	9.4		175	1.875
Dividendos	9.6		14.119	13.680
Consignações	9.6		13.948	15.755
Depósitos Judiciais	9.6		321	16
Depósitos e Cauções Recebidos	9.6		3.839	5.950
Indenizações, Restituições e Compensações	9.6		395	2.049
Diárias a Pagar	9.6		58	66
Entidades Credoras	9.5		432.721	403.124
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.6		1.197	1.197
Valores em Trânsito Exigíveis	9.6		15	4
Subvenções a Pagar	9.6		121	1.454
Entidades Privadas	9.7		68.211	91.251
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	9.8		275.130	217.007
Continua				

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2023	31/12/2022
NÃO - CIRCULANTE		1.307.075	1.280.208
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	358.312	359.382
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder		6.787	6.787
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo		288.611	289.935
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		15.084	15.796
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo		47.830	46.864
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	11	948.763	920.826
Depósitos e Cauções Recebidos		652	652
Entidades Privadas de Previdência		948.111	920.174

Continua

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

1º Trimestre de 2023 e 2022

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2023	31/03/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.1	31.227	28.595
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		21.672	19.162
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO	14.2	38.994	44.852
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	14.3	17.322	25.690
LUCRO BRUTO	14.4	9.555	9.433
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.5	253.686	290.814
(-)DESPESAS DE PESSOAL		207.895	254.860
Remuneração a Pessoal		121.599	109.140
Sentenças Judiciais		6.740	16.849
Obrigações Patronais		42.838	47.234
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		28.416	26.834
Benefícios a Pessoal		11.087	10.862
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		(2.785)	43.941
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		45.791	35.954
Consumo de Materiais		1.200	3.125
Diárias		663	387
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		454	267
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		34.479	27.739
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.105	3.510
Outras Despesas Operacionais		5.890	926
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.6	22.215	22.685
Multas e Juros de Mora		2.064	461
Indenizações e Restituições		5.025	1.593
Receitas de Valores Mobiliários		0	2
Receitas Diversas		15.126	20.629
(+)OUTROS RESULTADOS	14.7	84	13.813
Alienação de Bens Móveis		109	0
Alienação de Bens Imóveis		0	15.636
Desincorporação de Ativos		(25)	(1.823)
RESULTADO ANTES DAS DESP. E RECEITAS FINANCEIRAS		(221.832)	(244.883)
(+/-)RESULTADO FINANCEIRO	14.8	1.300	901
Despesas Financeiras		(441)	0
Receitas Financeiras		1.741	901
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TES. NACIONAL		(220.532)	(243.982)
(+)SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	14.9	248.737	303.296
Repasse Recebidos para Custeio/Pessoal		248.737	303.296
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		28.205	59.314
Imposto de Renda a Recolher		4.832	0
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		1.784	0
RESULTADO LÍQUIDO	12.3	21.589	59.314
LUCRO POR AÇÃO		11,61	31,89

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2023	31/12/2022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	368.310	346.721
Capital	12.1	302.801	302.801
RESERVAS		43.920	43.920
Reservas de Lucros	12.2	43.920	43.920
Reserva Legal		2.880	2.880
Reserva de Retenção de Lucros		41.040	41.040
RESULTADOS ACUMULADOS		21.589	0
Resultado do Período		21.589	0
TOTAL		2.638.968	2.542.909

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

1º Trimestre 2023 e 2022

DESCRIÇÃO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2023	31/03/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		21.589	59.314
Ajustes por:			
Depreciações e Amortizações		1.531	1.971
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis		(1.070)	(8.478)
Alienação de Bens		0	(1.311)
Desincorporação por Cessão de Bens Cedidos		0	1.823
Outras Baixas de Bens		25	0
Redução a Valor Recuperável de Investimentos		0	(29)
IRPJ e CSLL sobre o Resultado do Período		(8.562)	0
		(8.076)	(6.024)
Variações de Ativos e Passivos		31.942	(11.412)
Clientes e Outros Créd. a Receber e Valores a Pagar		(28.112)	(38.340)
Créditos Tributários		(2.510)	(1.765)
IR e CSLL a Recuperar/Compensar		9.249	(9.668)
Dividendos a Pagar		439	0
Encargos Sociais a Pagar		1.957	(677)
Adiantamentos e Pessoal a Pagar		(3.510)	(9.182)
Despesas Antecipadas		(2.755)	(1.923)
Operações Especiais e Estoques		(14.921)	(70.395)
Ativos a Classificar		0	(964)
Consignações e Fornecedores		(6.161)	(15.737)
Depósitos e Cauções Recebidos		(2.111)	(7.061)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(4.952)	0
Entidades Credoras		29.597	616
Adiantamentos de Clientes		(1.700)	(2)
Recursos Vinculados		642	(240)
Passivos em Liquidação a Classificar		0	1.218
Subvenções a Pagar		(1.333)	0
Transferências Financeiras a Comprovar - TED		58.123	142.708
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	45.455	41.878
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(1.303)	(435)
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes		0	1.592
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.2	(1.303)	1.157
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	13.3	0	0
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		44.152	43.035
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	13.4	44.152	59.991
No Início do Exercício		328.533	297.037
No Final do Exercício		372.685	357.028

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Até o 1º trimestre de 2023 e 2022

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2023	31/03/2022
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		21.589	59.314
(+/-)Outros Componentes do Resultado Abrangente		0	0
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		21.589	59.314

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
1º Trimestre de 2023 e 2022

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	31/03/2023	%	31/03/2022	%
1.RECEITAS	33.104	13,70	43.971	13,76
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	33.020	13,66	30.158	9,44
1.2 - Outras Receitas	84	0,03	13.813	4,32
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	62.567	25,89	49.436	15,48
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	21.672	8,97	19.162	6,00
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	40.895	16,92	30.274	9,48
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(29.463)	(12,19)	(5.465)	(1,71)
4.RETENÇÕES	1.531	0,63	1.971	0,62
4.1 - Depreciação e Amortização	1.531	0,63	1.971	0,62
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(30.994)	(12,82)	(7.436)	(2,33)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	272.693	112,82	326.882	102,33
6.1 - Receitas Diversas	22.215	9,19	22.685	7,10
6.2 - Receitas Financeiras	1.741	0,72	901	0,28
6.3 - Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	248.737	102,91	303.296	94,94
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	241.699	100,00	319.446	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	241.699	100,00	319.446	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	207.895	86,01	254.860	79,78
Total	207.895	86,01	254.860	79,78
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	11.514	4,76	5.073	1,59
Total	11.514	4,76	5.073	1,59
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	701	0,29	199	0,06
Total	701	0,29	199	0,06
8.4 - Próprios				
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Período	21.589	8,93	59.314	18,57
Total	21.589	8,93	59.314	18,57

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

JOÃO EDEGAR PRETTO
Diretor-Presidente

SÍLVIO ISOPPO PORTO
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

THIAGO JOSÉ DOS SANTOS
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

ROSA NEIDE SANDES DE ALMEIDA
Diretora-Executiva Administrativa, Financeira e de Fiscalização

LENILDO DIAS DE MORAIS
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

ELINALDO JOSÉ DA ROCHA
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 025579/O-7 CPF:***.269.501-**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Até o 1º Trimestre de 2023 – 2022

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	302.801	-	-	(8.011)	294.790
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	-	-	59.314	59.314
Saldo em 31 de março de 2022	302.801	-	-	51.303	354.104
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	-	-	6.297	6.297
RESERVA LEGAL	-	2.880	-	(2.880)	-
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO	-	-	41.040	(41.040)	-
DIVIDENDOS	-	-	-	(13.680)	(13.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	302.801	2.880	41.040	-	346.721
Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	302.801	2.880	41.040	-	346.721
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	-	-	21.589	21.589
Saldo em 31 de março de 2023	302.801	2.880	41.040	21.589	368.310

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Até o 1º Trimestre/2022

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	11	Demais Obrigações a Longo Prazo
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	12	Patrimônio Líquido
03	Alterações na Legislação Societária	13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14	Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
05	Créditos a Curto e Longo Prazo	15	Demonstração do Valor Adicionado – DVA
06	Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo	16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
07	Estoques	17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
08	Despesas Antecipadas	18	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Endividamento	19	Ativos Contingentes
10	Provisões a Longo Prazo	20	Contingências Passivas
21	Benefícios Concedidos aos Empregados	22	Repasses e Termos de Execução Descentralizada TED

Nota 1. Contexto Operacional

Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dependente, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “Prover Inteligência agropecuária e participar da formulação e execução de políticas públicas, contribuindo para a regularidade do abastecimento e formação de renda do produtor rural”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 64 Unidades Armazenadoras com 126 armazéns, destinados à prestação de serviços de pesagem, limpeza, secagem e armazenamento de produtos agrícolas.

Nota 2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

Nota 3. Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”.

Nota 4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa: Refere-se ao limite de saque da Conta Única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos a partir do mês de abril/2023, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada e outros, e também aplicações financeiras de curto prazo, registradas pelo valor original mais os rendimentos auferidos até 31 de março de 2023 e concentram-se em fundos extramercado.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de março de 2023, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.5 Investimentos: O total de R\$6.290 mil, está representado pelos valores das participações permanentes registradas pelo custo de aquisição, acrescidas até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes (a Conab não possui investimentos em outras sociedades), bem como as propriedades para investimentos, relativas a imóveis alugados e com contrato de concessão além de títulos e valores mobiliários permanentes.

4.5.1 Participações Permanentes: O total de R\$4.292 mil, refere-se às participações permanentes, deduzido do valor provisionado de R\$10.471 mil, até 31 de março de 2023, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas, inclusive as que estão em processo de liquidação.

Tabela 1 - Participações em empresas - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre
Participações em Empresas – saldo em 31/12/2022	14.763
(-) Redução Valor Recuperável Investimentos	(10.471)
Saldo em 31 de março de 2023	4.292

Fonte: Conab.

4.5.2 Propriedades para Investimento: O total de R\$1.996 mil, refere-se a bens imóveis não utilizados nas atividades operacionais da Companhia (alugados e com cessão de uso).

Tabela 2 - Investimentos - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre
Propriedades para Investimento - saldo em 31/12/2022	2.850
(-) Deprec. Acumul. Invest. – Cons. Propriedades	(855)
Saldo em 31 de março de 2023	1.995

Fonte: Conab.

4.5.3 Títulos e Valores Mobiliários Permanentes: O total de R\$2 mil, em 31 de março de 2023, compreende investimentos em Notas do Tesouro Nacional – NTN –P, sob a guarda do Banco do Brasil S/A.

4.6 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou

responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.7 Imobilizado: O total de R\$117.676 mil, em 31 de março de 2023 (R\$117.915 mil, em 31 de dezembro de 2022), está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, redução ao valor recuperável e outros. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. As baixas são oriundas de alienações, doações, baixas por inservibilidade, sinistro, por cessão a outros órgãos e outros.

A partir do mês de março de 2022, a Companhia passou a adotar o cálculo da depreciação com base na vida útil econômica estimada dos bens, conforme determina o CPC 27. As taxas aplicadas serão revistas anualmente, pela equipe de patrimônio da Companhia adotando as regras do CPC 27, que possibilita a definição da vida útil do ativo com base na experiência da entidade com ativos semelhantes, ou seja, utilizando o método comparativo. Dessa forma, as taxas utilizadas no mês de março de 2023, são as seguintes:

Tabela 3 - Imobilizado - Taxa de Depreciação

Grupo de Bens	Taxa anual	Taxa mensal
Edificações	4,0000000%	0,0033
Equipamentos Industriais	5,0000000%	0,0042
Máquinas Equipamentos e Veículos	6,6666667%	0,0056
Mobiliário em Geral, Peças e Instalações	10,0000000%	0,0083
Peças para Automóveis e Equip. de Informática	20,0000000%	0,0167

Fonte: Conab.

Tabela 4 - Imobilizado - Bens Móveis - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre			
	Mar/2023	Adições	Baixas	Dez/2022
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	31.558	1.038	0	30.520
Bens de Informática	36.862	0	0	36.862
Móveis e Utensílios	14.455	118	0	14.337
Mater. Cultural, Educ. e de Comunicação	613	0	0	613
Veículos	26.889	0	0	26.889
Demais Bens Móveis	1.793	0	(1)	1.794
Total dos Bens Móveis	112.170	1.156	(1)	111.015

Fonte: Conab.

Tabela 5 - Imobilizado - Bens Imóveis - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre			
	Mar/2023	Adições	Baixas	Dez/2022
Imóveis Residenciais/ Comerciais	2.090	0	0	2.090
Edifícios	179.820	0	0	179.820
Terrenos/Glebas	17.350	0	0	17.350
Armazéns/Galpões/Silos	102.607	0	(31)	102.638
Salas e Escritórios	863	0	0	863
Instalações	178	0	0	178
Obras em Andamento	13.824	147	0	13.677
Estudos e Projetos	7.142	0	0	7.142
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	9.728	0	0	9.728
Total dos Bens Imóveis	333.602	147	(31)	333.486

Fonte: Conab.

Tabela 6 - Imobilizado - Depreciação/Amortização de Bens - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre			
	Mar/2023	Adições	Baixas	Dez/2022
Depreciação dos Bens Móveis	(103.699)	(389)	0	(103.310)
Depreciação dos Bens Imóveis	(223.178)	(1.030)	7	(222.155)
Amortização dos Bens Imóveis	(1.063)	(98)	0	(965)
Total a Depreciação/ Amortização	(327.940)	(1.517)	7	(326.430)

Fonte: Conab.

4.7.1 Intangível: Representa os valores de direito de uso de softwares e suas amortizações, conforme composição a seguir:

Tabela 7 - Intangível - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre			
	Mar/2023	Adições	Baixas	Dez/2022
Softwares Vida Útil Definida	3.111	0	0	3.111
(-) Amortização	(3.066)	(14)	0	(3.052)
Total	45	14	0	59

Fonte: Conab.

4.8 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

4.8.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Móveis:

Foi efetuado registro no total de R\$156 mil, referente a redução ao valor recuperável, até 31 de março de 2023, conforme testes de impairment, realizados na Matriz e Superintendências Regionais.

A metodologia utilizada foi a segregação dos bens por grupos e analisadas a existência de indícios de desvalorização de ativos não geradores de caixa. Na existência de indícios, foi mensurado o valor recuperável e comparado com o valor contábil.

Tabela 8 - Valor Recuperável dos Ativos - Bens Móveis - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre			
	Mar/2023	Adições	Baixas	Dez/2022
Redução ao Valor Recuperável Bens Móveis	(156)	0	0	(156)
Total da Redução ao Vr. Recup. – Bens Móveis	(156)	0	0	(156)

Fonte: Conab.

4.8.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Imóveis: Esses bens foram construídos/adquiridos nas décadas de 1970 e 1980. Foram realizados os estudos de recuperabilidade dos bens imóveis e não foi constatado nenhuma redução ao valor recuperável de ativos, conforme abaixo:

O patrimônio imobiliário da Conab, utilizado no cumprimento dos seus objetivos estatutários e no suprimento das suas necessidades operacionais e administrativas, é constituído de 181 imóveis.

No bojo da política governamental de expansão da fronteira agrícola do País com foco nos pequenos e médios produtores e pequenos e médios varejistas, estabelecidos, notadamente, na periferia dos centros urbanos.

No projeto de implantação das unidades operacionais/comerciais, dava-se preferência na escolha dos terrenos que dariam origem aos equipamentos, ou para o caso de aquisição de instalações prontas, às áreas fora do centro urbano das cidades, em obediência ao controle ambiental e a fluência do tráfego da cidade, preservando a comodidade e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com o passar dos anos, essas regiões foram se desenvolvendo, requerendo projetos de urbanização com a ampliação ou execução dos serviços públicos o que fez com que estas áreas, antes periféricas,

se tornassem centrais. Esse progresso trouxe valorização aos imóveis, incluindo aqueles da Conab.

Outro fator que influencia no registro do valor residual do imóvel e para o qual chamamos a atenção é que todos os bens imóveis constantes do patrimônio da Companhia, foram incluídos pelo valor de aquisição e/ou construção efetuada na época do ato de incorporação, sendo daí em diante seus valores corrigidos e depreciados conforme a legislação da época. Com a mudança da legislação na década de 1990, esses valores deixaram de ser corrigidos e passaram a ser somente depreciados, o que influenciou sobremaneira para que os valores residuais se situassem em patamares bem inferiores aos de mercado, mesmo considerando a sua decrepitude.

Com o passar do tempo, e por esse motivo (somente depreciação), verificou-se que os valores desses ativos, definidos por intermédio de laudos de avaliação elaborados, via de regra pela CEF, encontravam-se superiores àqueles indicados nos registros patrimoniais da Companhia, observando-se, portanto, uma valorização.

Em 27/06/2022, com a geração de processo SEI, foi dado início aos trabalhos, com o objetivo de contratar empresa para avaliar e estimar a vida útil real dos bens edificações e adequar as taxas de depreciação, bem como viabilizar a emissão de relatórios necessários às contabilizações, como forma de cumprir o que recomenda o CPC 27 – Ativo Imobilizado.

O processo encontra-se em fase de “Elaboração do Projeto Básico”, com as seguintes etapas:

1 - Definição de estratégias, com escolha do método de depreciação, se por ativo imobilizado ou geral e metodologia de avaliação.

2 - Elaboração do Orçamento do Custo Global de cada item, com avaliação do custo dos serviços de laudo de vistoria, revisão da vida útil do ativo imobilizado, cálculo da taxa de depreciação e do valor do resíduo de cada ativo imobilizado – edificação, com a identificação dos insumos, tempo de deslocamento, tempo de vistoria, equipe de vistoria de cada imóvel (131) a ser avaliado para cada item do Edital. Nesse prazo, estão incluídas pesquisas de orçamentos semelhantes, de conversas com área jurídica, contábil e de patrimônio da Conab. E, por óbvio, levantamento dos projetos de engenharia das estruturas e documentos técnicos necessários que devem ser entregues às proponentes, para avaliar e elaborar as propostas conforme o Edital.

3 - Elaboração do Projeto Básico, seu conteúdo técnico e legal, com as especificações técnicas que permitam aos proponentes adequada descrição dos serviços, das metodologias de avaliação e cálculo da revisão da vida útil do ativo imobilizado, propósito desta revisão e seus fundamentos técnico e contábil.

Em razão da complexidade dos trabalhos, conforme Portaria nº 86, de 16 de março de 2023, foi prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão das atividades da Equipe de Planejamento que tem como objetivo realizar a contratação de empresa especializada para elaboração de laudos e relatório de avaliação referentes aos imóveis da Conab.

4.9 Reconhecimento da Receita

4.9.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, contemplando as apropriações das receitas, custos e despesas correspondentes, oriundas do resultado das atividades próprias da Companhia.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.

Os custos e despesas são mensurados e reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo.

4.10 Provisões Passivas: Encontra-se provisionado no Passivo Não Circulante, as provisões vinculadas a processos judiciais, traba-

lhistas, tributárias e cíveis, consideradas como de prováveis desembolsos futuros da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Jurídica – PROGE, nos termos do CPC 25 (Vide nota 10).

O saldo existente é composto pelas provisões para causas trabalhistas, tributárias e cíveis, que agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir prováveis liquidações de sentenças, a serem pagas (Vide nota 10).

4.11 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB 1.700, de 14 de março de 2017. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB citada).

Nota 5. Créditos a Curto e Longo Prazo

O total no curto e longo prazo, até 31 de março de 2023, está representado pelo montante de R\$4.764 mil (R\$2.892 mil, em 31 de dezembro de 2022), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagem, aluguéis e outros. Esse valor representa o resultado entre o montante de R\$5.076 mil, deduzido do valor de R\$312 mil, relativo ao total dos registros de perdas esperadas relacionadas aos créditos de difícil recebimento, identificados até 31 de março de 2023.

A variação positiva de R\$1.876 mil, na rubrica Fat. Dupl. a Receber – Prestação de Serviços, refere-se ao aumento no faturamento dos serviços de armazenagem, realizados nas Unidades Armazenadoras Próprias.

5.1 Clientes – Curto Prazo

Tabela 9 - Clientes - Curto Prazo - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
Fat. Dupl. a Rec. – Prestação de Serviços	5.051	3.175
(-) Ajuste Perdas de Créditos e Valores	(312)	(312)
Subtotal	4.739	2.863

Fonte: Conab.

5.2 Clientes – Longo Prazo

Tabela 10 - Clientes - Longo Prazo - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
Fat/Dupl. a Receber - Prestação de Serviços	25	29
Subtotal	25	29
Total do Curto e Longo Prazo	4.764	2.892

Fonte: Conab.

Nota 6. Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo

O total de R\$533.669 mil, até 31 de março de 2023 (R\$527.747 mil, em 31 de dezembro de 2022), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.

No longo prazo o saldo de R\$1.383.265 mil, em 31 de março de 2023 (R\$1.356.575 mil, em 31 de dezembro de 2022), está composto pelos valores citados na Nota 6.4.

6.1 Adiantamentos Concedidos: O total de R\$11.903 mil, até 31 de março de 2023 (R\$5.354 mil, em 31 de dezembro de 2022), corresponde ao pagamento antecipado no período de férias, adiantamento de décimo terceiro salário e adiantamento para viagem.

Tabela 11 - Adiantamentos Concedidos - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
Adiantamentos a Pessoal	11.903	5.354
Total	11.903	5.354

Fonte: Conab.

6.2 Tributos a Recuperar/Compensar: Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 12 - Tributos a Recuperar/Compensar - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2023
ICMS a Recuperar/Compensar e Diferido	166.138	161.626
IRRF e CSLL a Recuperar/Compensar	5.961	15.208
COFINS e PASEP a Recuperar/Compensar	4	4
Total de Créditos Tributários Circulante	172.103	176.838

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, e por substituição tributária, conforme disposto no Convênio ICMS nº 156, de 18 de dezembro de 2015.

Em 2017, após diversos estudos, a Conab mudou a forma de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social, adotando-se a escrituração mensal do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR e Livro de Apuração da Contribuição Social – LACS para efeito de redução/suspensão das antecipações mensais obrigatórias do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

Até 31 de março de 2023, após a inclusão das adições obrigatórias, bem como das exclusões permitidas sobre o resultado, apurou-se um Lucro Fiscal de R\$28.326 mil, gerando um valor provisionado a título de IRPJ e CSLL, no total de R\$6.616 mil, conforme quadro abaixo:

Tabela 13 - Tributos a Recolher/Recuperar - em R\$mil

Descrição	IRPJ		CSLL	
	2023	2022	2023	2022
Lucro Antes do IRPJ/CSLL	28.205	59.314	28.205	59.314
Adições	121	3.845	121	3.845
Exclusões	0	0	0	0
Lucro Líquido Ajustado	28.326	59.415	28.326	59.415
Compensação Prejuízo Fiscal	8.497	17.824	8.497	17.824
BC Ajustada	19.829	41.591	19.829	41.591
IRPJ/CSLL Apurado	4.832	10.142	1.784	3.743
(-) IRRF Retido/CSLL Retido/Antecipações	4.832	10.142	1.784	3.743
IRPJ/CSLL a Recolher/Recuperar	0	0	0	0

Fonte: Conab.

6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo:

Até 31 de março de 2023, apresenta o total de R\$349.663 mil, (R\$345.555 mil, em 31 de dezembro de 2022). No quadro abaixo destacamos os valores registrados nas contas: Créditos por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, sendo que esse último é relativo à participação dos empregados, a ser reembolsada à Companhia, referente a utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Contratuais, de processos de perdas de produtos, Recursos da União, que são valores a serem amortizados pelo Tesouro Nacional referentes às equalizações de preços relativas às

baixas resultantes das operações governamentais e ativos contingentes por força do CPC 25 itens 31 a 35 e também valores para honrar as obrigações com o Instituto de Previdência Complementar - Cibrius, referente à dívida do contrato de saldamento e Outros.

Quando aos Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, os saldos referem-se a execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, que em contrapartida estão diferidos no passivo, conta Transferências Financeiras a Comprovar, relativos aos recursos recebidos dos órgãos concedentes. As baixas são realizadas pelos órgãos concedentes, na ocasião da comprovação e aprovação das prestações de contas (Vide Nota 9.8).

Tabela 14 - Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	160	160
Créd. a Rec. Decor. de Infraç. Leg. e Contratuais	655	32
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	141	227
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	2.262	4.997
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex - Sevidores	60.554	55.650
Recursos da União	88.090	97.599
Créd. a Receber por Cessão de Créd. pela União	193.846	181.808
Créditos Parcelados	3.955	5.082
Total	349.663	345.555

Fonte: Conab.

6.4 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo: O saldo de R\$1.383.265 mil, em 31 de março de 2023 (R\$1.356.575 mil, em 31 de dezembro de 2022), está composto pelos valores citados no quadro a seguir:

Tabela 15 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	47.876	48.214
Créditos a Rec. por Cessão de Créditos p/União	1.300.143	1.273.277
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	17.298	17.298
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Sevidores	2.778	2.749
Créditos Parcelados	15.170	15.103
Títulos a Receber	3	3
(-) Ajuste de Perdas e Demais Créditos e Valores	(3)	(69)
Total	1.383.265	1.356.575

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais efetuados, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial, decorrentes de ações judiciais trabalhistas e cíveis.

Os Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, no total de R\$1.300.143 mil, em 31 de março de 2023 (R\$1.273.277 mil, em 31 de dezembro de 2022), referem-se aos registros dos créditos a receber do Tesouro Nacional, para honrar os pagamentos ao Instituto de Previdência Complementar - Cibrius, referente à dívida do contrato de saldamento, pagamentos das sentenças judiciais, obrigações pós-emprego da assistência médica para aposentados inválidos e com o plano de desligamento voluntário - PDV 2016 e 2022, conforme composição a seguir:

Tabela 16 - Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
Contrato c/o Inst. de Previd. Complementar - Cibrius	948.110	920.174
Provisão p/Pagamento de Sentenças Trabalhistas	274.946	276.270
Provisão p/Pagamento de Sentenças Cíveis/Fiscal	64.040	63.786
Obrigações Pós-Emprego Assist. Méd.p/Ap. Inválidos	6.787	6.787
Obrigações Pós-Emprego PDV 2016	1.842	1.842
Obrigações Pós-Emprego PDV 2022	4.418	4.418
Total	1.300.143	1.273.277

Fonte: Conab.

O total de R\$948.110 mil, em 31 de março de 2023 (R\$920.174 mil em 31 de dezembro de 2022), refere-se ao valor apurado referente obrigações pós-emprego, do plano previdenciário Conab, base 31/12/2022, conforme relatório atuarial apresentado pela empresa contratada e saldo remanescente do principal e atualizações financeiras das parcelas vincendas do Contrato de Saldamento e do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a patrocinadora e o Instituto de Previdência Complementar – Cibrius, dividido em 228 parcelas, relativo aos Planos de Benefícios, em face do déficit atuarial apurado no processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab. O referido saldamento foi devidamente autorizado pelos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), que mensalmente repassa os recursos financeiros para pagamento da parcela vincenda no corrente mês.

O contrato original, assinado em 22.03.2016, foi substituído, em novembro de 2019, pelo Termo de Adimplemento firmado entre o Cibrius e a Conab, após a autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União – AGU, conforme explicitado na Nota 21.1.

Nota 7. Estoques

O total de R\$217.818 mil, até 31 de março de 2023 (R\$202.898 mil, em 31 de dezembro de 2022), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, Produtos da Agricultura Familiar – PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Compra com Doação Simultânea – CDS e CPR Estoque e apresentam a seguinte composição:

Tabela 17 – Estoques - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
Estoques de Mercadorias para Revenda	118.173	119.047
Materiais em Trânsito	2.797	0
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros	1.575	1.740
Compra Antecipada – Entrega Futura	95.272	82.110
Estoques para Doação e/ou Permuta	1	1
Total	217.818	202.898

Fonte: Conab.

O total de R\$118.173 mil, até 31 de março de 2023 (R\$119.047 mil, em 31 de dezembro de 2022), representa o total de mercadorias estocadas para formação dos estoques públicos, com o objetivo de garantir a regularidade do abastecimento nacional.

Essa atividade é amparada e mantida com recursos repassados pelo Tesouro Nacional, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, para aquisição de produtos agrícolas, destinados à formação do estoque regulador, que regulamenta as operações de vendas de produtos e o retorno dos recursos recebidos, aos cofres do Tesouro Nacional e prevê a equalização de preços, na ocorrência de desequilíbrio das contas da Conab, em caso de prejuízo, tornando nulo o resultado das atividades governamentais. Isso ocorre, quando a diferença entre a receita de venda e o custo de aquisição, manutenção e despesas com a operacionalização, incluindo também, as despesas que não puderem ser agregadas aos correspondentes estoques, antes de seu encerramento e baixa de processos de perdas de produtos, judicializados, que resultar em déficit.

A Equalização de Preços é autorizada pelo Tesouro Nacional e os valores contabilizados na conta crédito das operações governamentais, não havendo repasse financeiro para cobertura do referido déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Os desembolsos amparados pela Portaria Interministerial MF/MAPA 38/2004, estão devidamente identificados e contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

O total de R\$95.272 mil, até 31 de março de 2023 (R\$82.110 mil, em 31 de dezembro de 2022), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas, nos exercícios anteriores e até março de 2022, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade “Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, instituída a partir de maio de 2013, a liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide Nota 9.5).

Nota 8. Despesas Antecipadas

O total de R\$2.756 mil, em 31 de março de 2023 (R\$1 mil, em 31 de dezembro de 2022), representa o saldo de despesas pagas antecipadamente, relativas a IPTU, taxa de alvará de licenciamento, IPVA, taxa de licenciamento de veículos e outros.

Nota 9. Endividamento

Em 31 de março de 2023, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$963.583 mil (R\$915.980 mil, em 31 de dezembro de 2022), com a seguinte composição:

9.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar: O total de R\$110.480 mil, em 31 de março de 2023 (R\$103.833 mil, em 31 de dezembro de 2022), refere-se aos valores apropriados relativos a salários, remunerações e benefícios previdenciários a pagar, encargos sociais a pagar e apropriações mensais por competência, para pagamento de férias e respectivos encargos sociais.

9.2 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto e Longo Prazo: O total de R\$32.651 mil, em 31 de março de 2023 (R\$37.006 mil, em 31 de dezembro de 2022), refere-se à liquidação de despesas com fornecedores, relativas a aquisições, manutenção dos estoques públicos e outros, incluindo as aquisições de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

Tabela 18 – Fornecedores - Curto Prazo - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
Fornecedores Nacionais	9.490	6.530
Contas a Pagar Credores Nacionais	23.161	30.476
Subtotal	32.651	37.006

Fonte: Conab.

9.3 Obrigações Fiscais a Curto Prazo: O total de R\$10.202 mil, em 31 de março de 2023 (R\$21.713 mil, em 31 de dezembro de 2022), refere-se às obrigações fiscais com a União, Estados e Municípios, com vencimentos no mês seguinte, demonstradas a seguir:

Tabela 19 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
COFINS a Recolher	1.447	1.299
PIS/PASEP a Recolher	303	270
ICMS a Recolher	301	7
IPVA a Recolher	1	1
ISS a Recolher	87	1
IRPJ e CSLL a Recolher	6.616	20.131
IPTU a Recolher	1.439	0
Recursos Fiscais	6	4
Taxas	2	0
Total	10.202	21.713

Fonte: Conab.

9.4 Adiantamentos de Clientes: O total de R\$175 mil, em 31 de março de 2023 (R\$1.875 em 31 de dezembro de 2022), refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, relativos às vendas de produtos para entrega futura.

9.5 Entidades Credoras: O total de R\$432.721 mil, em 31 de março de 2023 (R\$403.124 mil, em 31 de dezembro de 2022), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de Cédula do Produtor Rural – CPR – Alimento, Compra Antecipada – Entrega Futura e Outros.

9.6 Outras Obrigações: O total de R\$34.013 mil, em 31 de março de 2023 (R\$40.171 mil, em 31 de dezembro de 2022), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 20 – Outras Obrigações - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
Dividendos a Pagar	14.119	13.680
Consignações	13.948	15.755
Depósitos Judiciais	321	16
Depósitos e Cauções Recebidos	3.839	5.950
Indenizações, Restituições e Compensações	395	2049
Diárias a Pagar	58	66
Entidades Credoras – Estados, D.F. e Municípios	1.197	1.197
Valores em Trânsito Exigíveis	15	4
Subvenções a Pagar	121	1.454
Total	34.013	40.171

Fonte: Conab.

9.7 Entidades Privadas: O total de R\$68.211 mil, em 31 de março de 2023 (R\$91.251 mil, em 31 de dezembro de 2022), refere-se ao valor das parcelas vincendas em 2023, do Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto de Previdência Complementar – Cibrius, conforme descrito na Nota 21.1.

9.8 Transferências Financeiras a Comprovar – TED: O total de R\$275.130 mil, em 31 de março de 2023 (R\$217.007 mil, em 31 de dezembro de 2022), refere-se aos diferimentos dos recursos recebidos do Tesouro Nacional relativos aos Termos de Execução descentralizada – TED, para pagamento de subvenções, aquisição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Outros, em andamento, que serão baixados pelos concedentes, após a aprovação das prestações de contas.

Tabela 21 – Transferências Financeiras a Comprovar - TED - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	275.130	217.007
Total	275.130	217.007

Fonte: Conab.

Nota 10. Provisões a longo prazo

O total de R\$358.312 mil, em 31 de março de 2023 (R\$359.382 mil, em 31 de dezembro/2022), representa os valores reconhecidos como prováveis desembolsos de recursos futuros com sentenças trabalhistas, tributárias e cíveis, em conformidade com o CPC 25, bem como obrigações pós-emprego, constantes do relatório atuarial apresentado pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., conforme recomenda o CPC 33.

Tabela 22 – Provisões a longo prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2023	Dezembro/2022
Provisão para Indenizações Trabalhistas	282.351	283.675
Obrigações Pós-Emprego PDV 2016	1.842	1.842
Obrigações Pós-Emprego PDV 2022	4.418	4.418
Provisão para Indenizações Tributárias	15.084	15.796
Provisão para Indenizações Cíveis	47.830	46.864
Aposent./Pensões/Outros Benef. a Conceder	6.787	6.787
Total	358.312	359.382

Fonte: Conab.

10.1 Provisões para Indenizações de débitos trabalhistas: decorrentes de ações trabalhistas movidas por empregados e ex-empregados, requerendo promoções por antiguidade e merecimento, incorporações de função gratificada e outras.

10.2 Obrigações Pós-Emprego - PDV 2016 e 2022: refere-se a obrigações pós-emprego com Plano de Desligamento Voluntário - PDV 2016 e 2022, posição 31/12/2022, constante do relatório atuarial apresentado pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., conforme recomenda o CPC 33.

10.3 Provisões para Indenizações Tributárias: referente a débitos fiscais de ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e outros.

10.4 Provisões para Indenizações de débitos Cíveis: referentes a ações cíveis, que tem como objeto requerer indenizações de perdas de produtos e outras.

10.5 Aposentadoria/Pensões/Outros Benef. a Conceder: refere-se a obrigações pós-emprego da assistência médica para aposentados inválidos, constante do relatório atuarial apresentado pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., conforme recomenda o CPC 33.

Nota 11. Demais obrigações a longo prazo

O total de R\$948.763 mil, em 31 de março de 2023 (R\$920.826 mil, em 31 de dezembro de 2022), está composto pelas rubricas “Depósitos e Cauções Recebidos” e “Entidades Privadas de Previdência”. Este último refere-se ao Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto de Previdência Complementar – Cibrius, conforme descrito na Nota 21.1.

Tabela 23 – Demais obrigações a longo prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Dezembro/2022
Depósitos e Cauções Recebidos	652	652
Entidades Privadas de Previdência	948.111	920.174

Continua

Total	948.763	920.826
--------------	----------------	----------------

Fonte: Conab.

Nota 12. Patrimônio líquido

12.1 Capital Social: O Capital Social da Conab é de R\$302.801 mil, dividido em 1.859.907 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

12.2 - Reservas de Lucros: O total de R\$43.920 mil, até março de 2023, representa a constituição da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros, apuradas com base no resultado do exercício de 2022:

Tabela 24 – Reserva de Lucros - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Até março/2022
Reserva Legal	2.880	2.880
Reserva de Retenção de Lucros	41.040	41.040
Total	43.920	43.920

Fonte: Conab.

12.3 - Resultado Líquido do Exercício: No primeiro trimestre de 2023, a Companhia apurou lucro de R\$21.589 mil (lucro de R\$59.314 mil, no primeiro trimestre de 2022). Estes representam os Resultados das atividades próprias da Companhia, sendo composto pelo resultado líquido das Receitas de Prestação de Serviços, Resultado da Alienação de Bens, Receitas Operacionais Diversas, Subvenções recebidas do Tesouro Nacional (Pessoal/Custeio), menos as Despesas Operacionais (Pessoal e Despesas Comerciais Administrativas). As operações das atividades governamentais são contabilizadas em Unidades Gestoras e subórgãos próprios e não geram resultado:

Tabela 25 – Resultado Líquido do Exercício - em R\$ mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Até março/2022
Resultado Líquido do Exercício	21.589	59.314
Total	21.589	59.314

Fonte: Conab.

Nota 13. Demonstração dos Fluxos de Caixa -DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e 2016NBCTG03(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

13.1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: Até 31 de março de 2023, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresenta o saldo de R\$45.455 mil (R\$58.834 mil, até 31 de março de 2022) e referem-se aos resultados das variações apresentadas no 1º trimestre de 2023 - 2022, das principais atividades da Conab.

13.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: Até 31 de março de 2023, o fluxo de caixa das atividades de investimentos, apresenta o saldo de R\$-1.303 mil (R\$1.157 mil, até 31 de março de 2022) e representam aplicações no imobilizado e intangível e vendas de bens do ativo permanente.

13.3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento: Até 31 de março de 2023 e mesmo período de 2022, não houve registros nesse grupo.

13.4 - Variação nas Disponibilidades: O valor de R\$44.152 mil, até 31 de março de 2023 (R\$59.991 mil, até 31 de março de 2022), referem-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representada por recursos próprios da Conab, recursos para pagamento de pessoal, consignações e recursos para execução de Termos de Execução Descentralizada –TED, destinados à aquisição de produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e formação dos estoques públicos.

Nota 14. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

14.1 Receita Operacional Líquida: As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos Estoques Estratégicos, Reguladores e Receita de Armazenagem/Aluguéis. Os totais nos 1º trimestres de 2023 e 2022, foram de R\$31.227 mil e R\$28.595 mil, respectivamente.

Os Estoques Estratégicos são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, que adquiriram o contrato de opções junto à Conab e fizeram a opção de venda de seus produtos em conformidade com o referido contrato. As vendas desses estoques são destinadas ao Programa Venda em Balcão, com o objetivo de viabilizar os acessos de pequenos criadores e micro-agroindústrias.

Os Estoques Reguladores são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, Cooperativas e Associações, através da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM com o objetivo de garantir renda mínima aos produtores rurais, assegurar a regularidade do abastecimento nacional e o controle de preços. Em geral as vendas desses estoques são realizadas por meio de leilões.

A receita da prestação de serviços de armazenagem é oriunda da guarda e conservação de produtos agrícolas de terceiros, recebidos e mantidos nos armazéns, de acordo com padrões e normas estabelecidos pela Companhia.

Tabela 26 – Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	1º Trimestre	
	Até março/2023	Até março/2022
Vendas Estoques Estratégicos	2.128	12.683
Vendas Estoques Reguladores – PGPM	20.505	7.189
Serviços de Armazenagem e Outros	10.387	10.286
(-)Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	(1.793)	(1.563)
Total	31.227	28.595

Fonte: Conab.

Quando às Deduções das Receitas de Venda e Serviços, elas estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais no 1º trimestre de 2023 e 2022, foram de R\$1.793 e R\$1.563 mil, respectivamente, conforme segue:

Tabela 27 – Deduções das Receitas de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Até março/2022
ICMS	962	711
ISS	213	116
PIS/PASEP	110	131
COFINS	508	605
Total	1.793	1.563

Fonte: Conab.

14.2 Custo das Mercadorias Vendidas: Representa as baixas dos valores dos estoques, relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 28 – Custo das Mercadorias Vendidas - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2023	Até março/2022
CMV Estoques Reguladores - PGPM/MO	38.994	44.852
Total	38.994	44.852

Fonte: Conab.

14.3 Equalização de Preços: No 1º trimestre/2023, o total da Equalização de Preços das vendas, alcançou o montante de R\$17.322 mil, proveniente em sua maioria das vendas do milho, das operações Mercado de Opções e da Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM. No mesmo período do ano de 2022, o valor da Equalização totalizou R\$25.690 mil. A variação foi decorrente da diminuição das vendas no primeiro trimestre de 2023.

14.4 Lucro Bruto: No 1º trimestre de 2023, o Lucro Bruto, apresentou o saldo de R\$9.555 mil (R\$9.433 mil, no 1º trimestre/2022), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços, Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços.

Tabela 29 – Lucro Bruto - em R\$mil

Descrição	1º Trimestre	
	Até março/2023	Até março/2022
Receita de Vendas de Mercadorias e Serviços	33.020	30.158
(-) Deduções das Rec. de Vendas e Serviços	(1.793)	(1.563)
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(21.672)	(19.162)
Lucro Bruto	9.555	9.433

Fonte: Conab.

14.5 Despesas Operacionais: O total de R\$253.686 mil, até 31 de março de 2023 (R\$290.814 mil até 31 de março de 2022) compreendem as despesas com pessoal e comerciais e administrativas, necessárias à manutenção da atividade da Companhia, conforme composição a seguir:

Tabela 30 – Despesas de Pessoal - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2023	Até Março/2022
Remuneração a Pessoal	121.599	109.140
Sentenças Judiciais	6.740	16.849
Obrigações Patronais	42.838	47.234
Contribuições a Ent. Fechadas de Previdência	28.416	26.834
Benefícios a Pessoal	11.087	10.862
Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	(2.785)	43.941
Total das Despesas de Pessoal	207.895	254.860

Fonte: Conab.

Tabela 31 – Despesas Comerciais e Administrativas - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2023	Até Março/2022
Consumo de Materiais	1.200	3.125
Diárias	663	387
Serviços Técnicos Profissionais - P. Física	454	267
Serviços Técnicos Profissionais – P. Jurídica	34.479	27.739
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.105	3.510
Outras Despesas Operacionais	5.890	926
Total das Desp. Comerc. e Administrativas	45.791	35.954

Fonte: Conab.

14.6 Receitas Operacionais Diversas: O total de R\$22.215 mil, até 31 de março de 2023 (R\$22.685 mil, até 31 de março de 2022), representa os recebimentos de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receitas de valores mobiliários e receitas diversas.

Tabela 32 – Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2023	Até Março/2022
Multas e Juros de Mora	2.064	461
Indenizações e Restituições	5.025	1.593
Receitas de Valores Mobiliários	0	2
Receitas Diversas	15.126	20.629
Total	22.215	22.685

Fonte: Conab.

14.7 Outros Resultados: O total de R\$84 mil, até 31 de março de 2023, representa a desincorporação de bens e valor recebido com alienação.

Tabela 33 – Outros Resultados - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2023	Até Março/2022
Alienação de Bens Móveis	109	0
Alienação de Bens Imóveis	0	15.636
Desincorporação de Ativos	(25)	(1.823)
Total	84	13.813

Fonte: Conab.

14.8 Resultado Financeiro: O total de R\$1.300 mil, em 31 de março de 2023 (R\$901 mil, em 31 de março de 2022), representa as despesas com juros pagos e receitas de juros e encargos de mora sobre fornecimento de bens e serviços, remuneração de aplicações financeiras e atualizações monetárias, conforme segue:

Tabela 34 – Resultado Financeiro - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2023	Até Março/2022
Despesas Financeiras	(441)	0
Receitas Financeiras	1.741	901
Total	1.300	901

Fonte: Conab.

14.9 Subvenções do Tesouro Nacional: O total de R\$248.737 mil, até 31 de março de 2023, (R\$303.296 mil, até 31 de março de 2022), representa as transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com custeio/pessoal, conforme segue:

Tabela 35 – Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2023	Até Março/2022
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	248.737	303.296
Total	248.737	303.296

Fonte: Conab.

Nota 15. Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008NBC-TG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

Nota 16. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e demonstra as ocorrências até o primeiro trimestre de 2023, bem como as modificações até 31 de março de 2022, nas contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido (Vide Nota 12).

Nota 17. Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico

NBC TG 26 (R5) e nos 1º trimestres de 2023 e 2022 não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente.

Tabela 36 – Resultado Abrangente do Período - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Mar-ço/2023	Até Mar-ço/2022
Resultado Líquido do Período	21.589	59.314
(+/-) Outros Comp. do Result. Abrangente	0	0
Resultado Abrangente do Período	21.589	59.314

Fonte: Conab.

Nota 18. Diversos responsáveis em apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Outros Controles”, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a multas previstas em contratos, perdas/desvios em armazenagem, de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão, na maioria, nos estados de Mato Grosso, Piauí, Maranhão e São Paulo e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, ocorridas com maior relevância no Estado de Goiás, perda em armazenagem de café, no estado de Minas Gerais e Outras. Até 31 de março de 2023 – 2022, a conta 7.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração, apresenta os saldos a seguir:

Tabela 37 – Diversos responsáveis em apuração - em R\$ mil

Exercício	Saldo
Até 31/03/2023	52.138
Até 31/03/2022	52.260

Fonte: Conab.

Nota 19. Ativos Contingentes

Os Ativos Contingentes, no total de R\$ 510.556 mil, até março de 2023, (R\$508.717 em 31 de dezembro 2022), conforme quadro a seguir, referem-se aos créditos a receber, registrados nas unidades gestoras das Superintendências Regionais e Matriz, classificados pelas áreas jurídicas da Companhia como ativos contingentes, decorrentes de processos judiciais, em andamento, na justiça federal, cujos valores foram baixados, em cumprimento ao CPC 25, itens 31 a 35, das contas do ativo e registrados em conta de controle “Ativos Contingentes” e terão acompanhamento e avaliação periódica. Aqueles processos que alcançarem a condição de recebimento “praticamente certa”, em decorrência do desfecho favorável, pela justiça, com expectativa de entrada de benefício econômico, o valor principal e os correspondentes ganhos, serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do período correspondente à mudança de estimativa e, também, será divulgado, na data do balanço, conforme item 89 do CPC 25. Os processos com desfechos desfavoráveis serão baixados da conta de controle, observando suas características e origens.

Os valores relativos as Operações Governamentais, em conformidade com a Portaria Interministerial MAPA/MF Nº 38/2004, art. 4º alínea c, que alcançarem a condição de recebimento “praticamente certa”, em decorrência do desfecho favorável, pela justiça, com expectativa de entrada de benefício econômico, o valor principal e os correspondentes ganhos, serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do período correspondente à mudança de estimativa e, também, será divulgado, na data do balanço, conforme item 89 do CPC 25. Os processos com desfechos desfavoráveis serão baixados da conta de controle “Ativos Contingentes”.

Os valores correspondentes aos Estoques Estratégicos, Unidades do PAA e Atividades Próprias, classificados como ativos contingentes, registrados na conta de controle, serão acompanhados e aqueles que alcançarem a condição de recebimento “praticamente certa”, em decorrência do desfecho favorável, pela justiça, com expectativa de

entrada de benefício econômico, o valor principal e os correspondentes ganhos, serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do período correspondente à mudança de estimativa e, também, será divulgado, na data do balanço, conforme item 89 do CPC 25. Os processos com desfechos desfavoráveis serão baixados da conta de controle “Ativos Contingentes”.

Tabela 38 – Ativos Contingentes - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2023	Dezembro/2022
Estoques Estratégicos	20.673	18.357
Atividade Própria	148.588	153.793
Operações Governamentais	319.005	314.098
Unidades PAA	22.290	22.469
Total	510.556	508.717

Fonte: Conab.

Nota 20. Contingências passivas

20.1 Contingências Passivas Possível: São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de desembolsos do que as Provisões Passivas. Estão sendo divulgadas nesta nota conforme CPC 25, normatizado pela Resolução CFC 1.180/2009, conforme segue:

a) Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas às cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagem e outros.

b) Tributárias: São representadas pelos processos judiciais referentes a autos de infração do INSS, de ICMS e outros.

c) Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, constituídas na maioria, por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

Tabela 39 – Contingências Passivas Possíveis - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	Até Março/2023	Dezembro/2022
Cível	40.385	40.898
Tributárias	59.020	54.872
Trabalhista	58.244	66.794
Total	157.649	162.564

Fonte: Conab.

Nota 21. Benefícios Concedidos aos Empregados

21.1 Plano de Previdência Complementar: O Instituto de Previdência Complementar – Cibrius, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, fundada em 13/03/1979, consoante Portaria n.º 1.383/MPAS, de 08/03/1978, com autonomia administrativa e financeira, sem fins lucrativos, regulada pelas Leis Complementares nºs 108/2001 e 209/2001 e demais normas aplicáveis às Entidades dessa natureza. Constituída sob a forma de sociedade civil pela sua patrocinadora instituidora Companhia Brasileira de Armazenamento - Cibrazem, sucedida pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Figura, ainda, como patrocinador o próprio Cibrius.

O Instituto tem o objetivo precípuo de administrar planos de natureza previdenciária, os quais concedem a suplementação de benefícios previdenciais aos empregados, ativos e assistidos, da patrocinadora Conab e do próprio Cibrius, na forma do regulamento dos mencionados planos de benefícios, devidamente registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das EFPC (CNPB).

A Conab contratou a Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, nome de fantasia Vesting Consultoria Financeira e Atuarial para validar e calcular as insuficiências atuariais dos planos de benefícios, conforme recomenda o CPC 33 (R1), que após avaliação e análise concluiu que atualização dos valores (correção monetária mais juros) está contemplada no Termo de Adimplemento firmado entre as

partes, ratifica-se que o valor contratado da dívida foi apurado mediante cálculos atuariais oriundos da aplicação de bases técnicas consistentes e tecnicamente fundamentadas, auditadas por consultoria externa e que os valores e parâmetros que compõem a planilha de acompanhamento foram recalculados e na conclusão do seu relatório – Parecer Atuarial, acerca do cálculo da dívida da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), patrocinadora do Plano de Benefícios da Conab, junto ao Instituto de Previdência Complementar - Cibrius, atesta a sua pertinência e que a planilha de controle da dívida se encontra corretamente parametrizada, os valores ali incluídos, em particular os percentuais de variação mensal do INPC, estão corretamente reproduzidos, as parcelas mensais atualizadas e o saldo devedor estão, corretamente apurados, de forma que a dívida contratada está sendo, até o momento, efetivamente e adequadamente refletida na mencionada planilha de controle sendo também supervisionada pela Auditoria - Geral da Conab, por meio de Nota Técnica Nº 3, de 29/4/2020, que registra sua aprovação quanto “à regularidade dos cálculos apresentados, tendo por base o valor apresentado no Termo de Adimplemento assinado pelas duas entidades”.

A empresa de Consultoria Atuarial contratada, para validar o cálculo da dívida e, também, calcular das provisões atuariais dos três Planos, de acordo com a deliberação CVM nº 695/12 e Pronunciamento CPC 33 (R2), concluiu no item Considerações Finais, no Relatório Técnico emitido para cada plano de previdência, na posição de 31/12/2019, que procedeu o cálculo e a avaliação atuarial dos Planos de Benefício Conab Prev., Plano de Benefício Conab Saldado e Plano de Benefício Conab, que o montante do passivo registrado na contabilidade da patrocinadora é suficiente para honrar os compromissos junto ao Instituto de Previdência Complementar – Cibrius, não restando, por conseguinte, necessidade de provisão nas demonstrações contábeis da Conab, em conformidade ao CPC 33 (R2), não trazendo, nenhum impacto financeiro ao resultado econômico da Conab.

A propósito, cumpre registrar que o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano Conab, código CNPB nº 19.790.007-19; Plano Conab Saldado, código CNPB nº 2015001492 e Plano ConabPrev, código CNPB nº 2015001311.

Os Planos Conab e Conab Saldado, constituídos na modalidade de benefício definido (BD) estão fechados para novas adesões. Somente o Plano ConabPrev, de contribuição definida (CD), está aberto para novos entrantes. Os citados Planos recebem contribuições normais mensais das patrocinadoras e dos participantes de forma paritária, obedecendo a legislação pertinente.

Para melhor entendimento da questão na linha do tempo, cumpre destacar que, em dezembro de 2015, após as autorizações dos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), foi implementado o processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab (plano de origem), criando o Plano Conab Saldado e o Plano ConabPrev. Observe-se que o Plano Conab ainda está ativo, visto que remanesce pequeno número de participantes que não migraram para os dois outros planos.

O mencionado processo de saldamento apurou insuficiência atuarial do antigo Plano Conab, cabendo à Conab, na condição de patrocinadora, a importância de R\$ 691.556.mil, assim distribuídos: R\$ 426.309 mil decorrentes dos reflexos das disposições contidas na Lei 8.020/1990 e R\$ 265.217 mil, referente à paridade contributiva contida no § 1.º do art. 6.º da Lei Complementar 108/2001. Coube aos participantes a importância de R\$ 265.217 mil, a qual foi paga integralmente (deduzida das reservas técnicas de cada participante) por ocasião da migração para os novos planos.

Para dar início ao pagamento do aludido déficit, a Conab e o Cibrius formalizaram, em 22.03.2016, Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida Relativo aos Planos de Benefícios, o qual previa o pagamento da dívida em 228 parcelas consecutivas com vencimento da 1.ª em 60 dias após a assinatura. Contudo, a validade do contrato foi questionada pelo MAPA e pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, sob a alegação de descumprimento do § 4.º do art. 1.º da Lei nº 9.469/97.

Iniciou-se, a partir daí as tratativas entre os órgãos competentes para assinatura de contrato substitutivo, sendo que tais tratativas esta-

vam em curso na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União – CCAF/AGU.

No dia 28/08/2019, a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento assinou Despacho Decisório autorizando a Conab a celebrar o acordo com o Cibrius, para adimplemento da dívida apurada em avaliação atuarial nos termos do instrumento apresentado pela CCAF/AGU.

Em novembro/2019, foi concluído o processo de conciliação instaurado na CCAF/AGU com a autorização do MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União - AGU, propiciando razoável segurança jurídica quanto aos aspectos formais dos instrumentos contratuais firmados entre Conab e Cibrius, Termo de Adimplemento, que substituiu o contrato original, em que a Conab, na condição de patrocinadora, se compromete a pagar o valor acordado de R\$ 990.626 mil (montante inicial atualizado até novembro/2019 pela aplicação do INPC/IBGE e de taxa de juros de 5% a.a.), com um aporte inicial de R\$ 80.311, mil em dezembro/2019 e o saldo remanescente em 228 (duzentas e vinte e oito) parcelas mensais a partir de janeiro/2020, tendo sido mantidas as demais cláusulas do contrato anterior.

No transcorrer das tratativas para a contratação das insuficiências atuariais do serviço passado, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em face do posicionamento do Mapa, sugeriu que, se fosse o caso, a contratação de auditoria atuarial para validação dos cálculos dos débitos de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. Em face das restrições orçamentárias e o tempo exigido para o processo licitatório no contexto da Lei 8.666/93, a Conab solicitou ao Cibrius a realização do processo de contratação, na condição de que a Auditoria interna da Conab fizesse o acompanhamento, pari passu, de todas as etapas do contrato, que resultou na emissão da Nota Técnica Audin Nº 05/2017 (corroborando com a posição da auditoria atuarial que atestou a correção do cálculo elaborado anteriormente). A Nota Técnica da Auditoria foi encaminhada à Diretoria de Cálculos e Perícias – DPC da Advocacia-Geral da União – AGU, por meio do Ofício Presi/Conab Nº 126, de 20/03/2017.

Em 07/02/2022, a Conab assinou contrato com a empresa Assistats Assessoria e Participações Ltda, para prestação de serviços de consultoria atuarial para os exercícios de 2021 a 2025, acerca dos planos de previdência patrocinados pela Conab junto ao Instituto de Previdência Complementar – Cibrius. Os serviços devem abranger a elaboração de relatórios atuariais, conforme discriminados abaixo:

a) Efetuar, anualmente, os cálculos atuariais dos benefícios patrocinados pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012 e do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

b) Elaborar relatórios atuariais semestrais referente à Resolução CGPAR nº 38, de 04 de agosto de 2022, exigidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União – CGPAR e das normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;

c) Elaborar relatórios atuariais anuais referente à Resolução CGPAR nº 37, de 04 de agosto de 2022, exigidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União – CGPAR e das normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

21.2 Serviço de Assistência à Saúde – SAS: Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, no percentual de cinquenta por cento, do total do gasto consigo e seus dependentes típicos e atípicos, mediante desconto em folha de pagamento.

Nos casos em que a participação financeira do usuário ultrapassar o limite de dez por cento de sua margem consignável, o desconto em folha limitar-se-á a esse valor e o saldo remanescente descontado nos meses subsequentes, até a liquidação do total do débito, conforme capítulo VIII, inciso III, item 5 da norma citada.

Nota 22. Repasses e Termos de Execução Descentralizada – TED

Relativamente às transferências financeiras, no período de janeiro a março/2023, foram recebidos os totais de R\$25.738 mil, para execução no exercício corrente e R\$103.483 mil, para pagamento de Restos a Pagar, conforme segue:

Para atender o Programa para Formação de Estoques da PGPM e Mercados de Opções e despesas com a manutenção dos estoques, foi recebido da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MDA, o total de R\$24.000 mil, para a Ação 2130 – Formação de Estoques Públicos, para execução no exercício corrente e R\$47.500 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para atender a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA, o total de R\$6.000 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola/Mapa, o total de R\$500 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS, foi recebido o valor de R\$49.983 mil, para pagamento de Restos a Pagar e R\$1.738 mil, destinados a aquisição de alimentos da agricultura familiar e a distribuição gratuita desses alimentos a entidades da rede socioassistencial, educação, saúde e as demais, previstas na legislação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Brasília - DF, 30 de maior de 2023.

JOÃO EDEGAR PRETTO
Diretor-Presidente

ROSA NEIDE SANDES DE ALMEIDA
Diretora-Executiva Administrativa, Financeira e de Fiscalização

SÍLVIO ISOPPO PORTO
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

LENILDO DIAS DE MORAIS
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

THIAGO JOSÉ DOS SANTOS
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

ELINALDO JOSÉ DA ROCHA
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 025579/O-7 CPF:***.269.501-**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

1º Trimestre/2022

Aos
Diretores e Administradores da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
Brasília-DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB ("Companhia"), referentes ao primeiro findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade

é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 241 O - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 241 O - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Avaliação da Mensuração da Obrigação Atuarial

Conforme nota 21, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas

podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.

Outros Assuntos

Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos

de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das Demonstrações Anteriores

Os valores correspondentes a revisão das informações contábeis intermediárias do balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2022, apresentados para fins de compara-

ção, foram anteriormente por nós auditados cujo relatório datado de 17 de maio de 2022, continha ressalva com relação a falta de contratação de consultoria atuarial para o período.

Curitiba, 30 de maio de 2023.

Paulo Sergio da Silva

Contador - CRCPR No 029.121/O-0 S-DF

Marlos Nanoni Reinert

Contador CRCPR No 050.998/O-9 S-DF

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/PR No 2906/O-5